



CONGRESSO NACIONAL  
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

**EMENDA Nº**  
**(ao PRN 1/2025)**

**Dê-se a seguinte redação ao novo art. 45-A da Resolução 1/2006-CN, nos termos do art. 1º do PRN 1/2025:**

“Art. 45-A. As indicações das emendas de comissão:

I – serão encaminhadas para deliberação das comissões por quaisquer parlamentares da Casa respectiva;

II – serão apreciadas pelas respectivas comissões temáticas, devendo as indicações aprovadas serem encaminhadas ao Poder Executivo, no prazo de 5 (cinco) dias, com a ata da reunião que as aprovou, conforme modelo constante do Anexo IV.

§ 1º As atas das sessões das comissões em que forem aprovadas as indicações serão encaminhadas à CMO para publicação.

§ 2º Havendo alterações da competência regimental das comissões entre a apresentação das emendas e a deliberação das indicações, o encaminhamento das propostas de indicações pelos parlamentares a que se refere o inc. I do caput, na forma do inciso II do caput, atenderá à nova vinculação entre emendas e competências dos colegiados.

§ 3º Caso seja necessária alteração de indicação realizada em emenda de Comissão, após o cumprimento de todas as etapas decisórias previstas neste artigo, os ajustes deverão ser solicitados



pelo Presidente da Comissão, conforme modelo constante do Anexo V.

§ 4º No caso das Comissões Mistas permanentes do Congresso Nacional, a titularidade da iniciativa a que se refere o inciso I do caput caberá a qualquer Deputado ou Senador. (NR)”

## JUSTIFICAÇÃO

Este projeto tem como intenção cumprir os termos das decisões do Supremo Tribunal Federal em relação à transparência e rastreabilidade das emendas. O seu art. 45-A, porém, pode ser aperfeiçoado para garantir o cumprimento de uma das exigências da sociedade que financia o orçamento público: a identificação do parlamentar individual que propõe uma determinada indicação ao colegiado que a aprova. A redação com que se apresenta o artigo mantém a figura das emendas de liderança, em que o líder do partido apresenta as propostas de indicação às emendas de comissões.

Se as emendas são propostas por líderes, em nome de bancadas coletivas, ninguém será individualmente apontado como promotor da emenda – o que não obedece aos requisitos de transparência e rastreabilidade.

Ainda, com a ausência de identificação dos beneficiários, corre-se o risco de uma divisão entre parlamentares de “primeira classe” e de “segunda classe”, em ofensa aos princípios constitucionais mais sagrados da democracia, que foi expressamente ressaltada pelo Supremo Tribunal em sua decisão.

Apresento redação que contempla o cumprimento puro, simples e direto da Constituição: todos os parlamentares de uma Casa (e os de ambas, em Comissões Mistas) são parte legítima para apresentar – e assumir – a proposta de uma emenda ou indicação decidida por colegiados. Assim, de forma direta e simples, restaura-se a transparência e a prestação de contas à sociedade por



parte de todo e qualquer parlamentar e a isonomia entre os pares para apresentar emendas.

Sala das sessões, 13 de março de 2025.

**Senador Alessandro Vieira**  
**(MDB - SE)**

